

MOÇAMBIQUE

POLICY BRIEF

COMO PODE O QUADRO JURÍDICO E POLÍTICO SER REFORÇADO PARA GARANTIR O USO SUSTENTÁVEL E A CONSERVAÇÃO DOS MANGAIS?

Dezembro 2019



Os mangais são ecossistemas cruciais para a protecção da



costa moçambicana contra os riscos climáticos que regularmente afectam o país, situação agravada pelas mudanças climáticas.

O rápido desenvolvimento das indústrias de oil & gas no país, bem como o uso dos mangais, estão causando o esgotamento deste ecossistema.

PARA RESOLVER A SITUAÇÃO:



Incluir os mangais na estrutura legal e política de desastres e erosão.



Adoptar ferramentas jurídicas e políticas específicas para a gestão de mangais e esclarecer o escopo da disposição criminal que proíbe o corte de mangais.



Garantir que nenhuma autorização para actividades em áreas de conservação seja concedida, de acordo com a lei e estabelecer a estrutura para Avaliações de Impacto Ambiental (AIA) independentes.

AMEAÇAS A UMA FONTE IMPORTANTE DE PROTEÇÃO CONTRA DESASTRES

Mais de mil pessoas morreram nos ciclones Kenneth e Idai em 2019, e Moçambique sofreu danos no valor de mais de US \$ 750 milhões (48 bilhões de meticalis) em infraestruturas, edifícios e perdas de colheitas. Os mangais podem reduzir as ondas e as inundações ao longo da costa de Moçambique em 24%, pois oferecem uma protecção natural contra ciclones, tempestades e outros eventos semelhantes. O valor económico directo e indirecto dos mangais apenas no delta do Zambeze foi estimado em mais de US \$ 1 bilhão por ano.

No final dos anos 90 e início dos anos 2000, Moçambique possuía a segunda maior floresta de mangais de África cobrindo quase 400.000ha. Desde então, Moçambique perdeu mais de 60.000ha devido ao desenvolvimento de by mudanças climáticas e poluição. Se esta tendência

continuar, Moçambique perderá valor económico significativo, além de protecção essencial contra futuros desastres.

AMEAÇAS PRINCIPAIS



SEDIMENTAÇÃO



SOBRE-EXPLORAÇÃO



URBANIZAÇÃO



AGRICULTURA



EROSÃO
COSTEIRA



MUDANÇAS
CLIMÁTICAS



An initiative by:

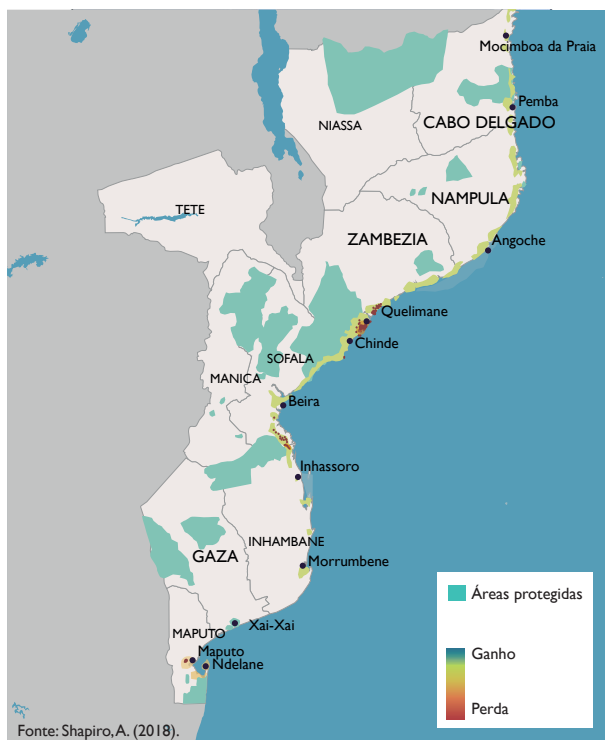


Federal Ministry
for Economic Cooperation
and Development



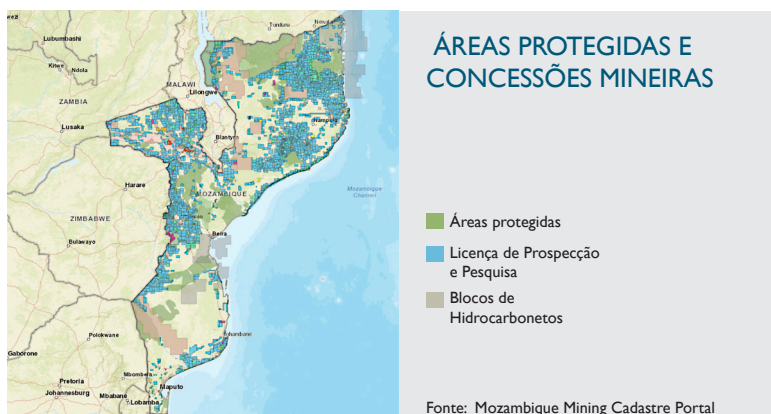
As opiniões expressas neste documento não reflectem necessariamente as da IUCN, WWF ou BMZ.

Este resumo de política foi elaborado com base num estudo abrangente da governação dos mangais em Moçambique e nos resultados de um seminário organizado em 1-2 de Julho de 2019, reunindo todas as partes interessadas na gestão dos mangais em Moçambique. Faz parte dos esforços da iniciativa Save Our Mangroves Now! para disseminar as melhores práticas de gestão e governação de mangais na Região Oeste do Oceano Índico.



A CRESCENTE AMEAÇA DA INDÚSTRIA DAS INDÚSTRIAS OIL & GAS

Há uma crescente actividade de prospecção ao longo da costa moçambicana. A mineração de areia pesada e a construção de infraestruturas para apoiar a exploração de petróleo e gás são uma ameaça crescente para os mangais. O governo aprovou concessões e licenças para o levantamento de quase todas as áreas costeiras das províncias de Cabo-Delgado, Nampula, Zambézia e Gaza, incluindo regiões com importantes mangais.



HARMONIZAR O QUADRO POLÍTICO PARA GARANTIR A PROTECÇÃO DA COSTA

O quadro político actual de gestão dos mangais em Moçambique é inconsistente e incompleto. A Política de Pesca não reconhece a importância dos mangais, embora seja bem sabido que a pesca de camarão e de caranguejo depende inteiramente de mangais saudáveis. Como resultado de uma desconexão entre a Estratégia de Reflorestamento, o Plano de Acção de Erosão e o Plano Director de Redução de Riscos de Desastres, as áreas em risco de desastres naturais, em particular inundações, não têm correlação com as áreas designadas para reflorestamento.

RECOMENDAÇÕES

- Garantir que a nova **Política Florestal** e a **Política de Pesca** levem em consideração a importância da conservação dos mangais.
- Rever o **Plano de Acção de Erosão**, levando em consideração a restauração de mangais para proteger o ecossistema costeiro da erosão e incluir mangais dentro da estrutura legal e política de gestão de desastres e erosão.

DESENVOLVIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS ESPECÍFICAS PARA OS MANGAIS

O quadro legal que rege os mangais em Moçambique é altamente fragmentado, levando a grandes inconsistências que comprometem a conservação dos mangais. Isso poderia

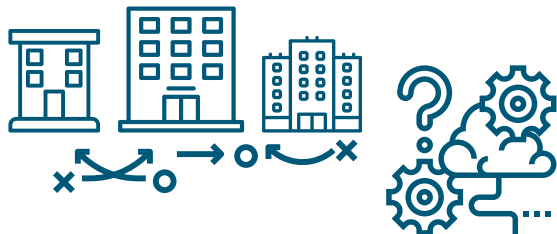
ser resolvido através do desenvolvimento de uma série de ferramentas ou disposições legais específicas que visam a conservação de mangais.

RECOMENDAÇÕES

- **Adoptar e implementar uma ferramenta legal dedicada aos mangais**, através de um Decreto do Conselho de Ministros, e estabelecer um sistema adequado de monitoramento e vigilância que será baseado e sustentado pela Estratégia e Plano de Acção dos Mangais.
- **Além da moratória sobre a pesca em zonas de mangais**, adopte-se medidas de gestão de mangais sob quadro legal de pesca e mapear áreas para viveiros de crustáceos nos mangais e proteger.
- **Rever o Código Penal** para estabelecer um período ilimitado para o início de procedimento criminal sobre toda
- conduta que atente contra o ambiente, dadas as dificuldades de comprovar os danos e a incerteza temporal de sua ocorrência.
- **Esclarecer o artigo 353 do Código Penal**, fornecendo uma lista de ecossistemas protegidos mencionados no artigo.
- **Na Lei revista dos Tribunais Marítimos**, inclua mangais nas funções e competências desses tribunais.
- **Rever a Lei de Conservação** para permitir a designação de áreas protegidas específicas para mangais, conforme previsto na Policy brief.

CAPACITAÇÃO INSTITUCIONAL

A estrutura institucional que governa os mangais em Moçambique é altamente diversificada e apresenta um elevado número de instituições com mandatos sobrepostos, criando confusão sobre as responsabilidades institucionais e paralisando acções significativas.

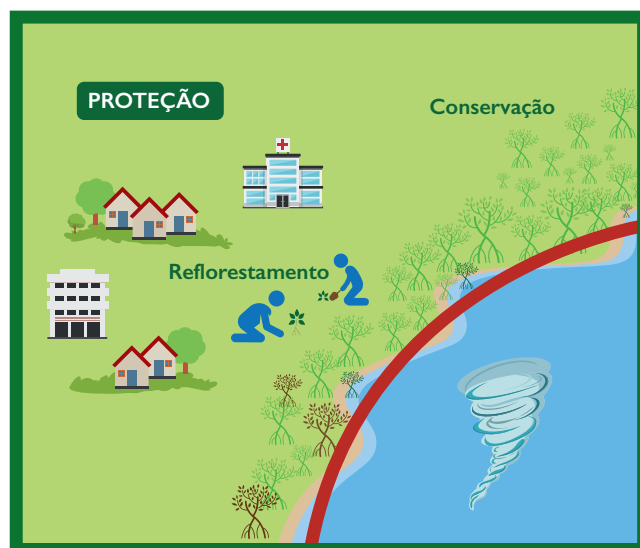


RECOMENDAÇÕES

- Estabelecer um mecanismo de coordenação institucional para a gestão, a conservação e o monitoramento dos mangais. Garantir integração e coordenação adequadas entre diferentes sectores para implementar uma estrutura legal de mangais.
- Manter equipas técnicas intersectoriais para controle de mangais e para garantir a aplicação da lei, pois aumentam a transparência e minimizam as oportunidades de interferência e corrupção.

AVALIANDO OS IMPACTOS DOS DESENVOLVIMENTOS DE MINERAÇÃO E INFRAESTRUTURA

A autorização para actividades prejudiciais ainda é concedida em áreas de conservação, apesar das disposições da Lei de Conservação que as proíbem. Essa situação é parcialmente induzida pelo facto de a Política de Mineração afirmar que, em caso de conflito entre a mineração e quaisquer outros usos e ocupações, as actividades de mineração prevalecem. Se a conservação for considerada um desses usos da terra, essa política compromete os objectivos de conservação, mas essa interpretação entra em conflito com as disposições da Lei de Conservação. Os AIAs não são realizados de maneira independente, dificultando ainda mais a governação eficaz.



RECOMENDAÇÕES

- Promover a adesão rigorosa à Lei de Conservação e garantir que cada Ministério responsável se abstenha de emitir autorizações especiais para actividades em áreas de conservação que possam impactar directa ou indirectamente os mangais.
- Exigir uma revisão independente obrigatória da AIA e garantir que os promotores dos projectos tenham um seguro válido para compensar qualquer degradação dos ecossistemas de acordo com a Lei Ambiental.
- Apoiar o Ministério Público na condução de estudos de AIAs independentes, através de instituições nacionais de pesquisa.
- Reavaliar a política de mineração para reforçar a importância da conservação.



© James Morgan / WWF-US

FORTALECER E IMPLEMENTAR COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

Compromissos Internacionais	Situação	Recomendações
Primeira contribuição nacionalmente determinada de Moçambique (2018) Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas	Não menciona especificamente mangais e concentra-se no aumento da resiliência e adaptação.	Incluir especificamente os mangais como um importante ecossistema para a resiliência climática, no segundo NDC.
Estratégia Nacional de Biodiversidade e Plano de Acção (2015-2035) Convenção sobre Diversidade Biológica	Identifica os mangais como um ecossistema crítico e estabelece uma meta para reduzir em pelo menos 20% a área de ecossistemas críticos em degradação e fragmentação, desenvolvendo e implementando planos específicos de gestão de ecossistemas e criando mecanismos de incentivo.	Aprovar uma estratégia e um plano de ação nacional para mangais através do Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas.
Compromissos Voluntários de Acção Oceânica Objectivo 14 de Desenvolvimento do Milénio	Compromete-se a restaurar pelo menos 5.000 ha de mangais através da implementação de um Plano Estratégico e de Acção para os Mangais até 2022.	

FONTES E LEITURA ADICIONAL

Blankespoor, B., Dasgupta, S. and Lange, G. M. (2017). Mangroves as a protection from storm surges in a changing climate. *Ambio* 46(4):478-491.

Castiano, M. (2019). "Mozambique: a dog with two masters: fragmented and ineffective management", in Slobodian, L. N., Badoz, L., (eds). *Tangled Roots and Changing Tides: mangrove governance for conservation and sustainable use*. WWF Germany, Berlin, Germany and IUCN, Gland, Switzerland. Informações adicionais, não especificadas neste Policy Brief, podem ser encontradas na publicação principal.

Shapiro, A. (2018). *Mozambique mangrove mapping via satellite from 1994-present*. WWF Germany.